

ATA DA REUNIAO DA COMISSÃO DE NEGOCIACAO COM O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e onze, na sala de reunião da Seduz, as 15 horas e trinta minutos, teve inicio e reunião com apresentação dos membros. Participaram a secretária Isolda Cela, o Secretário Executivo Idilvan Alencar, a Chefe de Gabinete da Seduc Cristiane Holanda, a Coordenadora da Cogep Marta Emília, os deputados Lula Morais e Professor Teodoro, o presidente da comissão de Educação da OAB Edimir Martins, a Comissão de Direito Sindical da OAB Thiago Pinheiro, o presidente do Conselho do FUNDEB Geraldo Magela, o Consultor técnico do FUNDEB José Irineu de Carvalho, os membros do Sindicato APEOC e de Base, o Vice-presidente Reginaldo Pinheiro, o Diretor Sérgio Bezerra, os professores Joatan Freitas, José Helano Maia, Getúlio Marcos, Maria Laura Furtado Lobato, Italo Hide Freire Guerreiro e Andrea Coutinho e o Técnico da APEOC André Pinheiro.

A secretária abriu os trabalhos e propos a distribuicao de algumas tarefas básicas na comissão, leombrando que o governo não tem nenhuma irregularidade com relacao a Lei do Piso, reafirmando o terco do planejamento, o concurso publico, alem de valorizar este processo de negociacao e passou a palavra para o vice- presidente da Apeoc Reginaldo que reafirmou a necessidade de se estabelecer uma agenda de reuniões, além de reafirmar os parametros de negociação firmados na ultima reuniao com o chefe de gabinete deputado Ivo Gomes.

O deputado Lula Morais saúda a forma de negociação e ressalta que isto foi fruto dos últimos dias de luta dos professores, afirmando avanços postos na mesa como o escalonamento do piso com repercussão positiva na carreira, podendo ser em ate três anos, objeto de estudo desta mesa. Que esses trinta dias são poucos, talvez seja necessário reunir a comissão duas vezes por semana. Parabeniza a todos os professores, técnicos e governo.

O deputado Teodoro se poe a disposição para contribuir com a comissão e sugere que a s reuniões possam ser nos dias de segunda e sexta, pois não coincidem com o legislativo.

O professor Helano concorda com a ideia de reunião duas vezes por semana e questiona ate que ponto o governo esta disposto a investir em recursos na folha de pagamento, defendendo a proposta da categoria.

A professora Laura reafirma os questionamentos do Helano e pergunta se as perdas do escalonamento serão repostas na negociação, deixando o pressuposto de que se possa melhorar a carreira sem engessar. Questiona se a comissão sera fixa a partir de agora ou da próxima reunião

O senhor Irineu de Carvalho, levanta alguns itens referentes aos dados do governo que podem ajudar na negociação, propondo que os dados sejam repassados aos técnicos do governo e do sindicato para que os trabalhos avancem. Depois de produzidos os números, as duvidas podem ser tiradas pelos técnicos e discutidos na comissão

O representante da OAB Edimir Martins entende que a greve não foi suspensa mas finalizada. A decisão judicial de ilegalidade e posterior acordo com o governo, necessariamente implica na desistência do processo, com efeito, qualquer ato administrativo de punições estará nulo, além de não ser mais cobrada a multa do Sindicato APEOC. O acordo de negociação instaurou um cenário de legalidade. Sugere estabelecer grupos menores de trabalho, dando como exemplo um grupo de técnicos financeiro-administrativo para analisarem a folha e outra administrativo funcional para analisar o plano de cargos e carreiras do magistério.

Cristiane defendeu a criação de uma subcomissão técnica no aspecto financeiro, pois esta é a



principal no debate, definindo tarefas para a subcomissão como um cronograma de atividades.

Thiago Pinheiro defendeu a ideia de mediação, mesmo reconhecendo o princípio da liberdade sindical, por conta da repercussão social gerada pela greve. Ratificou a posição do demonstrativo contábil por parte do governo como forma de viabilizar a negociação. Valoriza-se muito essas comissões e o principal é pontuar as ações da comissão, simplificando o processo, reforçando a questão do fim da greve.

Andrea Coutinho agradece a oportunidade e diz que é a primeira vez que participa, sugere que alguns estados conseguiram valorizar o professor, mesmo em situações de inferioridade econômica, cita o caso do governo de Roraima. Destacando que o governo do Ceará desenvolveu a estrutura, as condições físicas, mas que o professor precisa ser valorizado, pois a estrutura não dá aula e sim o professor. Acredita que o objetivo de todos é o mesmo. A questão do valor do orçamento precisa ser avaliada pois não se deve elaborar apenas uma proposta, considerando que o piso sofrerá alterações de valor nos próximos anos, pois a questão do escalonamento tem que ser melhor trabalhada.

O professor Ítalo diz que temos que começar pelo consenso e que é fundamental o debate técnico, pois o debate político já foi posto, logo temos que ser rápidos neste debate técnico que é mais interessante.

Irineu diz que o FPE dos ex-Territórios é elevado, por isso não precisa de complemento da União, o que não é o caso do Ceará onde o FPE per capita é menor que o de Roraima.

Idilvan ressaltou a importância da OAB, FUNDEB no processo de negociação principalmente na questão da comunicação do conteúdo

A secretária Izolda Cela diz que há um desalinhamento nos conceitos e conhecimento do funcionamento da Lei do Piso e do FUNDEB. Nós devemos buscar minimizar os níveis de desconfiança na comissão em relação às propostas do governo, é um serviço à qualidade da educação. Quando podemos iniciar o alinhamento? Penso que temos duas tarefas a cumprir, um estudo de repercussão da proposta do FUNDEB e outro da APEOC.

Getúlio diz que a tabela da APEOC representa os anseios da categoria e que, quando o piso é colocado no início de carreira imagina-se em repercussão na carreira. Não vejo outra maneira que não seja a repercussão na carreira.

Helano acha natural o descontentamento da categoria diante da expectativa do Piso e afirma que o profissional precisa ter perspectiva na carreira por qualificação.


A Secretaria considera que já estão postas duas propostas para análise: Funde e APEOC. É importante a reunião de nivelamento pois nos ajuda com relação a entender o orçamento e repercussão na carreira. Discutiu-se questões de horário, estabelecendo-se segunda-feira às 09 horas para nivelamento e apresentação dos estudos de repercussão na carreira pela comissão técnica com cronograma de ação.

André Carvalho vai enviar a solicitação dos dados via email a secretaria para que sejam repassados para estudo.


As reuniões da comissão de negociação serão as segundas e sextas-feiras.

A comissão técnica será formada por José Irineu de Carvalho, André Pinheiro, Reginaldo Pinheiro,


fsgo
OAB19279


AB B 2006





Marta Emília e Rotsen Aguiar, com a suplência do professor José Helano Maia.

O sindicato APEOC pôs na mesa a questão da nomeação dos professores que havia sido suspenso durante a greve, indagando sobre as razões e ao final requereu o seu pleito.

A primeira reunião da subcomissão técnica será nesta terça-feira, dia 11.10.11 as 13 horas na Seduc.

Eu, Joatan Freitas, lavrei a presente ata, que depois de lida, segue assinada por todos os presentes.

Marta Emília

Rotsen Aguiar

Joatan Freitas

Adilton Marcos da Silva

Dr. João Manoel de Jesus

Edineia de Jesus OAB/CE - Comissão Especial

Flávia de Jesus OAB/CE 19279 Comissão de H. Sindical

Marta Emília S. Pereira - COGEP - SEDUC

Sergio Rezam - APEOC

Andréia Coutinho Pessoa de Oliveira

João Roberto Maia

André P. de Carvalho

João Roberto Maia

João Roberto Maia